

A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da Organização do Conhecimento: elementos para uma reflexão (1)

Rodrigo Rabello – Doutorando em Ciência da Informação pela FFC/UNESP/Campus de Marília. Bolsista FAPESP. E-mail: rodrigo_unesp@pop.com.br.

José Augusto Chaves Guimarães – Doutor em Ciência da Informação e Livre-Docente em Análise Documentária, docente do Departamento de Ciência da Informação da FFC/UNESP/Campus de Marília. E-mail: guimajac@marilia.unesp.br

Resumo

Considerando a necessidade de se identificarem bases epistemológicas que ajudem a melhor compreender a Ciência da Informação (CI) como campo científico, buscam-se elementos da Organização do Conhecimento (OC) como atividade mediadora entre a produção e o uso do conhecimento para, nela, analisar como se articulam os conceitos de conhecimento e documento. Para tanto, parte-se de uma breve contextualização histórica da OC (DAHLBERG, 1993, 1995), para se chegar a seu conceito (HJORLAND, 1994, 2003; BARITÉ, 2001; JAENECKE, 1994) de modo a discutir a relação conceitual entre *conhecimento* (na perspectiva da OC) e *documento* (GARCÍA MARCO, 1995; HJORLAND, 1994, 2003; BARITÉ, 2001). Como resultado, observa-se que o conceito de documento constitui a base para que a OC e a CI possam estabelecer interlocuções e, assim, prosseguirem no processo de construção de um universo epistemológico, uma vez que perpassa os conceitos de conhecimento e de informação nelas trabalhados.

Palavras-chave: Conhecimento; Documento; Informação; Organização do Conhecimento; Ciência da Informação.

Abstract

Considering the need to identify epistemological foundations to better understanding Information Science (IS) as a scientific branch it seeks elements from Knowledge Organization (KO) as an intermediate activity between the production and the use of knowledge in order to analyse how the concepts of *document* and *knowledge* articulate each other on it. In this sense, the historical background (DAHLBERG, 1993, 1995) is approached as a starting point to reach the concept (HJORLAND, 1994, 2003; BARITÉ, 2001; JAENECKE, 1994) and, as a consequence, the object of KO, when it is possible to discuss the conceptual relations between *Knowledge* and *Document* (GARCÍA MARCO, 1995; HJORLAND, 1994, 2003; BARITÉ, 2001). As a result, it is possible to observe that the concept of *document* can be considered a basis in such a sense that IS and KO can establish dialogs in order to proceed to the construction of their epistemological universe, since it furnishes a convergence between information and knowledge.

Keywords: Knowledge; Document; Information; Knowledge Organization; Information Science.

GT1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação

1 INTRODUÇÃO

A Organização do Conhecimento (OC) (2), enquanto uma área de estudos (3), muito tem contribuído para investigações em Ciência da Informação (CI) (4), no âmbito da qual tem sido, por vezes, considerada como “espinha dorsal”, principalmente por trazer reflexões teóricas acerca das concepções e métodos que caracterizaram a atividade mediadora entre a produção e o uso do conhecimento.

Poder-se-ia arriscar que na OC contribui significativamente para o “núcleo duro da CI”, no âmbito do qual convivem, em simbiose, uma abordagem de natureza técnico-científica (de orientação anglo-saxônica) e outra relativa a aspectos éticos e humanos (mais nítida na tradição francesa, espanhola e latino-americana) e permeada, nos dias de hoje, pela tecnologia de informação, por maximizar as formas de disseminação e de recuperação do conhecimento.

Para melhor entender esse aspecto nuclear da OC, devemos considerar três processos que, por sua vez, compõem o núcleo de estudo da CI: o processo de *produção* do conhecimento (registrado); a sua *organização* (mediante sistemas de classificação, tesouros etc.) e, por conseguinte, a possibilidade de seu *acesso*, que reverte no *uso*.

Nesse contexto, para a CI, tanto no percurso da *produção e organização para o uso* (disseminação); quanto no enfoque do *uso, mediante a apreensão do sistema organizado, para se chegar ao conhecimento registrado* (recuperação), as tecnologias de informação apresentam-se enquanto importantes instrumentais.

Contudo, percebemos a OC como sendo o elemento central em todo o processo acima destacado, pois a atividade intelectual de reflexão *teórica* sobre o *processo de organização* é essencial por incidir diretamente enquanto etapa mediadora entre a *produção* e o *uso* desse *conhecimento registrado*.

No entanto, um dos elementos centrais para a apreensão de todo o processo de OC, é a definição do seu núcleo central de estudo – o conhecimento (em língua inglesa *knowledge*) –, pois, muitas vezes, a literatura científica da área não tem empenhado maiores esforços para conceituá-lo e contextualizá-lo, gerando dubiedades e imprecisões de entendimento. Um fator que contribui para essa indefinição conceitual decorre do fato de a CI ter, como núcleo epistemológico, parte integrante de sua própria denominação – *informação* – (acerca do que, atualmente, também não se tem consenso conceitual) e a OC, nas mesmas condições, ter como núcleo de estudo o *conhecimento*.

Objetivamos, portanto, realizar uma introdutória discussão, abordando e enfocando o conceito de *conhecimento* para a OC, no sentido de contextualizá-lo e de mostrar a sua relação com um outro conceito a ele intimamente relacionado: o *documento*.

Para tanto, realizaremos, primeiramente, uma breve contextualização histórica da OC (DAHLBERG, 1993, 1995), para depois abordarmos o conceito de OC (HJORLAND, 1994, 2003; BARITÉ, 2001; JAENECKE, 1994) para, por fim, discutirmos a relação conceitual entre *conhecimento* (na perspectiva da OC) e *documento* (GARCÍA MARCO, 1995; HJORLAND, 1994, 2003; BARITÉ, 2001).

2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

Um dos maiores intentos para a sistematização e organização do conhecimento está relacionado ao racionalismo iluminista dos séculos XVI e XVII, quando o homem passou a desenvolver as primeiras enciclopédias modernas, as quais vêm sendo secularmente aperfeiçoadas; e, também, à criação dos primeiros sistemas de classificação documental (notadamente nos séculos XIX e XX) originados sob forte influência do pensamento positivista.

A possibilidade de transmissão do conhecimento acumulado às gerações vindouras, mediante documentos, foi ampliada com o desenvolvimento da escrita e das suas formas técnicas de produção e reprodução, em particular, após a invenção da imprensa guttemberguiana que ampliou indescritivelmente essa produção. Ela foi marcada pelo constante aprimoramento da técnica de produção do livro que se popularizou cada vez mais pela sua praticidade (por se apresentar em diferentes tamanhos), pela qualidade de impressão (aprimoramento tipológico, de encadernação, da ilustração etc.) e, principalmente, por ser o mais importante, até então produzido, meio de registro e de divulgação do conhecimento humano que perdura com significativa importância até hoje, apesar de conviver com outras mídias também importantes.

Assim, foi justamente com a produção documental em grande escala, com o aprimoramento do maquinário (conseqüência da Revolução Industrial do século XVIII), que se criou um montante de documentos desorganizados os quais se tornaram um problema à sociedade moderna, já que o sistema econômico capitalista, então em desenvolvimento e em aprofundamento, dependia, em grande medida, da recuperação do conhecimento científico acumulado.

No bojo desse momento histórico, a prática no cerne do chamado Tratamento Temático da Informação – TTI – (5) marcava um período de desenvolvimento técnico, onde, como forma de facilitar a organização do material bibliográfico nas bibliotecas, foi desenvolvido (na segunda metade do século XIX), pelo norte-americano Melvil Dewey, o sistema de *Classificação Decimal de Dewey* – CDD.

Contudo, como já havíamos comentado, a produção documental escrita aconteceu de forma ampla, e foi no âmbito da especialização do conhecimento científico que o periódico se fez presente enquanto um importante instrumento social de divulgação científica e de idéias, cabendo, outrossim, ser urgentemente organizado e tratado em um outro paradigma teórico e conceitual que transcendesse ao da Biblioteconomia “clássica” que concebia a unicidade do conteúdo do livro em detrimento da pluralidade de assuntos desmembrados em distintos artigos contidos em periódicos. Para Fayet-Scribe (2001, p.14), as

[...] bibliotecas não [deveriam] ser mais um simples estoque de livros, onde estes se acumulam sem criar os meios de acessos necessários aos seus conteúdos. Nesta perspectiva, o papel do *periódico científico* é central porque se faz questionar o papel das unidades documentais: a unidade não é mais o livro, mas o artigo no interior do documento. (tradução nossa).

Foi nessa direção que, no final do século XIX, em um período de relativa paz mundial (pois precedeu as duas grandes guerras), o advogado belga Paul Marie Ghislain Otlet, residente na França, iniciou suas primeiras reflexões sobre a prática da organização bibliográfica (no chamado “movimento bibliográfico”) a qual foi o germe da depois denominada Documentação (6) e cria, baseando-se na estrutura decimal da CDD (7), o Repertório Bibliográfico Universal – RBU – (que seria o registro de toda a produção do conhecimento humano) (8), sob as prerrogativas republicanas embaladas pelo pensamento positivista de que a *ordem* e o *progresso* se concretizaria somente se o conhecimento fosse sistemática, científica e mundialmente organizado e democratizado (9).

No intuito de concretizar esse sonho, Otlet, após tomar conhecimento da CDD, baseou-se nesse sistema para produzir o que seria uma classificação universal do conhecimento humano – denominada *Classificação Decimal Universal* (CDU) (10) – onde, não apenas os livros, mas qualquer material documental poderia ser identificado e classificado.

Nessa perspectiva, o livro deixa de ser visto como *uno* por passar a ser desmembrado (do seu conjunto) o seu conteúdo, interessando não mais o livro em si, mas os assuntos nele contido. Ademais, ampliou-se o conceito de documento, pois, a partir de então, foram

considerados os conteúdos documentais expressos em diferentes suportes e formatos (fotografias, mapas etc.).

Além da CDD e da CDU, foram criados outros sistemas de classificação dos quais damos destaque ao *Colon Classification* (idealizado e desenvolvido pelo matemático indiano Ranganathan), que foi inovador por apresentar um esquema de classificação baseado na denominada *análise de facetas* e que acabou sendo, embora pouco aplicável, de grande avanço para os estudos da classificação e para a organização do conhecimento, principalmente após o aprofundamento de seu estudo por Coates, Farradane, Foskett e Vickery. Como nos mostra Fujita (2001, p.30-31),

[...] a análise de facetas [...] possibilitou que os assuntos pudessem ser analisados de diferentes aspectos conforme o contexto ambiental ou temático, trazendo para a classificação e para a Biblioteconomia uma condição teórica que exigiu um relacionamento com outras áreas do conhecimento envolvidas com o objetivo da organização do conhecimento, para o aprofundamento de seus aportes teórico-metodológicos. Isso propiciou a interdisciplinaridade, principalmente, com a Linguística aplicada e a Terminologia, a Informática e Inteligência Artificial, a Psicologia e os estudos psico-linguísticos na linha cognitivista, a Filosofia e a Semiótica.

Dessa forma, o estudo da análise de facetas foi igualmente importante para o estabelecimento de vocabulários controlados e para a elaboração de tesouros, como se verá a seguir.

Apresentando uma nova alternativa à representação sistemática de documentos (por meio dos sistemas de classificação), os tesouros, valendo-se da tradição da categorização alfabética de assuntos de Cutter e sem desprezar as hierarquias classificatórias, apresentaram-se como um importante instrumental para a representação e organização do conhecimento.

Assim, a partir do final da II Guerra Mundial, intensificaram-se os trabalhos sobre tesouros, como, por exemplo, os realizados na década de 60 pela ASTIA e a EJC (nos EUA), o que motivou a criação, posteriormente, na Alemanha, do Comitê para Pesquisa em Tesouros. Esse Comitê estabeleceu diretrizes de como os tesouros seriam construídos, mantidos e utilizados, e, desse modo, acabaram sendo o norte para a criação de outros tesouros (e livros sobre), pautados em padrões nacionais e internacionais, em muitos países e línguas. (DAHLBERG, 1995, p.8).

Contudo, Dahlberg (1995) reconheceu, conjuntamente com o seus companheiros do Comitê Alemão de Tesouros, que existiu falha na até então concepção dos tesouros elaborados (orientados, em grande medida, na abordagem padrão dos sistemas de classificação CDD, CDU, LCC etc.), pois não se consideravam as mudanças ocorridas nas línguas nativas, empobrecendo, assim, os sistemas de vocabulário controlado.

Tal constatação se deu a partir dos estudos de Jean Aitchison que inovou ao produzir o primeiro Tesouro Facetado, para a Companhia Elétrica Inglesa, em 1968, tomando-se como referência o *Colon Classification* de Ranganathan e as experiências adquiridas no Grupo Inglês de Pesquisa Classificatória. O grande avanço nisso tudo, foi o diagnóstico de que

[...] a abordagem indutiva da produção de tesouros, começando por termos e desenvolvendo-se nessa base, o conceito agrupa-se com termos relacionados mais abrangentes e mais restritos, assim os seus equivalentes lingüísticos na formação de sinônimos e sinônimos aproximados, foi complementado com a análise dedutiva com disciplinas sendo pontos de partida e sua possível estrutura conceitual. (DAHLBERG, 1995, p.9, tradução nossa).

Desse modo, essa nova perspectiva incentivou a autora supracitada e seu grupo a deixarem o Comitê de Tesouro (ficando esse a cargo da Sociedade Alemã de Documentação)

e a fundar, em 1977, a Sociedade para a Classificação, que passou a considerar como instrumental a teoria de facetas e a abordagem taxonômica de ordenação de objetos, mediante “[...] métodos padrão e matemático no reconhecimento de classes de objetos, de acordo com suas características”. (p.9). Após várias reuniões nos fóruns de debate da Sociedade para Classificação, novamente aconteceu uma dissidência por se entender que a classificação é um processo da organização do conhecimento, já que essa organização compreenderia toda a estrutura de como o “[...] conhecimento pode ser entendido, organizado, descrito e representado de tal maneira que possa ser acessado de forma apropriada e estar disponível a qualquer um que o procure”. (p.9-10). Visando a propalar essas idéias a outros países, em 1989, foi criada a Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento (ISKO). (DAHLBERG, 1995) (11).

A ISKO passou a ser, então, uma importante instituição para o desenvolvimento teórico e para a efetivação da Organização do Conhecimento enquanto disciplina científica de natureza interdisciplinar com a preocupação às questões de como o conhecimento é tratado e disseminado, pois os seus fóruns internacionais de debate se tornaram referência na área. Além da própria Dahlberg (criadora da ISKO), destacam-se como teóricos da Organização do Conhecimento, notadamente no contexto da ISKO, pesquisadores como: Hjørland, Albrechtsen, Ingwersen, Poli, Olhy, Beghtol, Mc Ilwaine, Janecke, Green; e no eixo Ibero Americano: Lopez Huertas, García Marco, Esteban Navarro, Barité, entre outros.

Mas, afinal, no que consiste a OC como disciplina?

3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: ASPECTOS CONCEITUAIS

Segundo Hjørland (2003), em uma perspectiva pragmática e sócio-cognitiva, a OC, no âmbito da Ciência da Informação, é um conceito amplo que tem como significado, particularmente, a organização da informação em registros bibliográficos, incluindo índices de citação, texto completo e Internet.

Para Barité (2001, p.40), a OC é uma disciplina científica aplicada se preocupa em abarcar subsídios teóricos (e retroalimentar-se) relativamente ao continente conceitual adequado às diversas práticas sociais, tendo como enfoque o tratamento temático da informação e de um modo menos específico, porém não menos importante, procura estudar a gestão do uso social da informação. Dessa forma, a OC está vinculada ao acesso ao conhecimento e pretende operar como instrumento de tratamento, gestão e uso da informação, abrangendo, de forma integradora, os fenômenos e as aplicações vinculadas à estrutura, disposição, acesso e difusão do conhecimento socializado, ou seja, registrado. De acordo com Fujita (2001, p.29):

Baseada nas práticas e atividades significativas de armazenagem e recuperação de documentos no decorrer de um processo de aperfeiçoamento da sistematização do conhecimento humano, a organização do conhecimento tem suas origens na criação, por bibliotecários, de sistemas de classificação como instrumentos de organização temática de documentos para armazenagem.

Hjørland (2003) nos mostra que a CI prioriza a otimização da construção desses registros bibliográficos desenvolvidos na OC por meio de reflexões teóricas que dão embasamento para a criação de ferramentas a serem aplicadas pelas disciplinas submetidas à CI, objetivando-se, assim, a otimização da OC em bibliotecas, bases de dados, trabalhos de referência e na Internet. Para esse autor, os principais atores em CI são os *produtores de conhecimento* (por exemplo, os autores), os *usuários* e os *intermediários* (ou os profissionais da informação).

Para Hjørland (2003), a OC, na perspectiva teórica, envolve dois tipos de organização que podem ser inter-relacionadas:

- *Organização intelectual do conhecimento* ou *organização cognitiva* – consiste na “[...] organização do conhecimento em conceitos, sistemas conceituais e teorias”. (Ex.: sistema periódico em química, taxonomia zoológica em biologia, base dos sistemas de indexação etc.).
- *Organização social do conhecimento* – consiste na “[...] organização em profissões, acordos e disciplinas. Se nos referimos a disciplina em nossas representações de conhecimento, estamos usando sistemas sociais de Organização do Conhecimento”. (Ex.: CDD, CDU, organização social do trabalho etc.).

Direcionando-se para uma perspectiva teórica e aplicada, a OC tem como objetivo “ordenar e suprir o conhecimento”, ao lidar com a *massa* (12) de conhecimento existente, no sentido de prevenir sua desordem desde o seu contexto de produção (JAENECKE, 1994).

No que se refere ao universo do conhecimento científico, o autor acima citado nos faz pensar na premissa de que qualquer material documental produzido deva ser mantido em condições que possibilite a sua disponibilização, desde que se saiba, de forma criteriosa e clara, para quem (usuário potencial) o conhecimento documental será destinado. Outros fatores a serem considerados, para tanto, diz respeito a *relevância documental* (13) e a eficiência do *sistema de informação*. Esse sistema deve ser gerenciado e supervisionado para a redução de incertezas de modo a excluir documentos que, a primeira vista, contenham conteúdos que satisfaçam as necessidades dos usuários, mas que, no entanto, são imprecisos e dispensáveis, problematizando, assim, o processo de escolha daqueles supostos documentos mais relevantes (JAENECKE, 1994).

O referido autor nos mostra algumas questões que devem ser levadas em consideração no processo de OC:

- Qual conteúdo documental deve ser indexado (em palavras-chave): o conteúdo nuclear ou o tangencial? Para o autor, de acordo com o perfil dos usuários e as necessidades (profundidades contedísticas) que são requeridas do sistema, por via de regra, indexa-se ambos os níveis;
- No difícil processo de aquisição (em que se pese, outrossim, a importância da classificação bibliográfica), o profissional da informação (por exemplo, o bibliotecário) deve levar em consideração a aceitabilidade e a confiabilidade dos editores e dos autores? Segundo Jaenecke, é necessário que se considere os editores e os autores, embora admita que estes sofram, muitas vezes, descrédito pela falta de massa crítica (por parte dos editores) na avaliação e escolha de originais relevantes; e pela grande quantidade de produção (pelos autores) de materiais supérfluos;
- O que fazer com os conteúdos documentais que aparentemente se apresentam de forma fragmentada e desconexa? O autor nos mostra que é necessário, através de uma seleção, fazer a representação racional e sistemática dessa documentação de modo a formar uma nova unidade de conhecimento.

É importante observar que tais questões levantadas por Jaenecke (1994), refletem muitas outras presentes na OC, que incidem, com afirma García Marco (1995), principalmente nas chamadas Ciências Humanas e Humanidades, onde a amplitude de métodos e abordagens teóricas, assim como questões estilísticas na produção documental, historicamente têm se apresentado como sendo a síntese moderna de todo o problema diagnosticado no que tange a Representação e Organização do Conhecimento. Contudo, não vamos nos aprofundar em questões dessa ordem (que incidem diretamente no campo

aplicado), e sim, iremos nos ater a questões de ordem eminentemente teórica e conceitual, já que um problema específico também diagnosticado no campo da OC diz respeito a seus núcleos epistemológicos, respectivamente *conhecimento* e *documento*. Para realizar uma breve discussão a esse respeito, tomaremos como parâmetro as idéias de García Marco (1995), Hjørland (2003) e Barité (2001).

4 A ARTICULAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS DE CONHECIMENTO E DE DOCUMENTO NO ÂMBITO DA OC

Uma característica importante da ciência consiste na sua constante busca por expansão do conhecimento historicamente acumulado, dinâmica presente desde os seus primórdios. Ora, qual seria o sentido da ciência se ela se estabelecesse como algo estático, sem a pretensão de se expandir?

Esse caráter dinâmico é esperado e cobrado pela sociedade, já que é ela que a financia (seja no âmbito público ou privado) a partir de diferentes contextos e necessidades e, por isso, espera se beneficiar das descobertas teóricas e tecnológicas resultantes desse investimento. Como exemplo dessas necessidades, por vezes, o conhecimento gerado é empregado para o desenvolvimento da própria ciência, para o ensino, para a orientação de políticas públicas ou empresariais e para o desenvolvimento de tecnologias diversas etc. No bojo dessa racionalidade, a cobrança desses resultados gera expectativas das agências de fomento que esperam resultados satisfatórios que correspondam aos anseios sociais e os da própria ciência.

Contudo, sabemos que existem vários fatores que estão relacionados ao desenvolvimento da política científica de cada país, como, por exemplo, aqueles ligados a questões econômicas e políticas, que interferem diretamente em problemas identificáveis, tais como: a organização social do trabalho (como a sua precarização); o conhecimento gerado e canalizado para setores específicos (gerando, por vezes, um descompasso e uma tensão entre interesses públicos e privados). Enfim, poderíamos citar inúmeros exemplos relacionados ao impacto do conhecimento científico enquanto elemento estratégico e instrumental para o desenvolvimento do próprio sistema capitalista. Parte dessas questões são exploradas e discutidas na Filosofia ou em disciplinas como na Sociologia e na Ciência Política.

Não obstante, essas disciplinas sobreditas, como outras, estão em constantes embates teóricos que incidem, não apenas na tentativa de explicação dos fenômenos sociais, mas também em questões epistemológicas, como por exemplo, a clássica discussão teórico-epistemológica no cerne de interpretações marxianas e weberianas, ou seja, dos teóricos alemães Karl Marx e Max Weber, envolvendo diferentes perspectivas de visualizar a própria ciência (por exemplo, a discussão da sua neutralidade ou objetividade).

Embora partamos do pressuposto de que a ciência não é neutra, não entraremos no mérito dessa discussão, somente salientaremos o exemplo de outras disciplinas para mostrar que, em um outro contexto, na CI também existem questões epistemológicas em evidência, como é o caso da indefinição conceitual dos seus núcleos epistemológicos. É importante observar que essas imprecisões também estão atreladas a questões infraestruturais (locais) e superestruturais (de maior abrangência) relacionadas a política científica, se correspondendo, outrossim, ao anseio social (ou de grupos) e, conseqüentemente, ao da própria ciência, refletindo diretamente na cobrança e na expectativa pela busca de ampliação do conhecimento nas agências de fomento.

Essa constante busca também pode trazer implicações para o desenvolvimento da própria ciência quando observamos os seguintes pontos:

- Disputa entre pesquisadores que, na busca por um maior reconhecimento nas suas respectivas áreas, interpretam outras visões teóricas desqualificando-as de maneira a subjugar-las sem reconhecer os seus possíveis avanços para o campo do conhecimento

subjacente e para a temática abordada, ou, simplesmente, a ignoram ocultando resultados;

- Interpretações distorcidas de teorias no que tange às convicções ideológicas do pesquisador que pode atuar em diferentes correntes teóricas;
- Interpretações distorcidas de teorias de forma não intencional que podem afetar os resultados da pesquisa. Tais leituras equivocadas podem resultar, dentre outras coisas, da má formação do pesquisador ou da grande cobrança das instituições de pesquisa (ou de suas agências reguladoras) e das próprias agências de fomento, pois, como uma estratégia econômica de retenção de gastos do Estado (quando inserido dentro de uma lógica neoliberal), cada vez mais se exige uma maior produção científica em um tempo que nem sempre é satisfatório;
- O difícil acesso a grande quantidade de conhecimentos científicos produzidos que são impossíveis de serem recuperados em sua totalidade (esse é e será sempre o fator impulsionador para o desenvolvimento da OC enquanto área de estudos).

Vistos esses apontamentos que interferirão diretamente na qualidade da produção científica, buscaremos mostrar, considerando tais aspectos, como a produção de “mapas” epistemológicos, quando apresentados com problemas em sua formulação, podem trazer equívocos para se pensar os núcleos epistemológicos da OC e, conseqüentemente, da CI. Para exemplificar, mostraremos, a seguir, a síntese de um mapeamento epistemológico realizado por García Marco (1995) que descreve os paradigmas científicos que influenciaram e influenciam a OC. Nesse caso específico, o modo de interpretação de tais sínteses, poderá, em diferentes proporções, interferir negativamente para pensarmos o *conhecimento* e o *documento* enquanto questões atuais e relevantes para se entender a própria OC a partir dos seus núcleos de estudo.

Sabemos que OC se constituiu na soma de elementos históricos desde os primeiros intentos da humanidade em sua direção (ver item 2), elementos esses imprescindíveis para pensá-la hoje enquanto área de estudo teórico-aplicada sob o espectro dos estudos em CI. Dessa forma, uma visão geral dessa constituição só é possível se a OC for observada com distanciamento histórico para se perceber as nuances desses seus elementos constitutivos.

Foi nessa trajetória que García Marco (1995) buscou, na perspectiva Kuhniana de paradigma, mapear os principais paradigmas que constituíram e influenciaram os estudos em OC, e é a partir dessa análise que continuaremos nossa reflexão. Segundo esse autor, a OC, ao longo de sua história, foi influenciada por uma escala paradigmática em ordem crescente e relacional a partir do que denominou:

1. *Paradigma conservacionista* (denominada pelo autor como sendo uma etapa pré-científica) – direcionado a necessidades práticas e a problemas na recuperação de informações contidas em documentos (p.102-103);
2. *Paradigma fiscalista-informacional* – influenciado pela Teoria da Informação de Shannon e Weaver focado na transmissão de mensagens (ou informações) mediante tecnologias de informação, onde o uso dos computadores teve um papel essencial e definidor (p.103-104);
3. *Paradigma semiótico-linguístico* – direcionada às investigações sobre linguagem e aos códigos que regem a comunicação humana (p.104-106);
4. *Paradigma lógico-matemático* – uso pelos matemáticos, para representação e organização automática do conhecimento, da lógica formal e das novas lógicas probabilísticas, da teoria dos conjuntos, da álgebra relacional, entre outras importantes ferramentas teóricas. Segundo García Marco, esse paradigma se aproxima do paradigma fiscalista, porém, apresenta-se de uma forma mais abrangente (p.106);

5. *Paradigma cognitivo* – nessa perspectiva a representação e a recuperação da informação são observados em termos do processo cognitivo e tem lançado a possibilidade, segundo García Marco, da CI ser considerada uma Ciência Cognitiva, na perspectiva da visão de Ingwersen (1991), aproximando-se, dessa forma, da psicologia cognitiva e da psicologia social (p.106-107) (14).

Consideramos relevante essa interpretação da OC feita por García Marco a partir de diferentes paradigmas os quais, segundo o autor, evidentemente se complementam. Contudo, à luz da nossa proposta de investigar a relação conceitual dos seus núcleos epistemológicos (ou dos pontos de partida da OC), isto é, a relação entre *conhecimento* e *documento*, o primeiro paradigma, por ele denominado de *paradigma conservacionista*, na forma com que foi apresentado pelo autor (como sendo “pré-científico” e com o enfoque na relação informação/documento), pode gerar interpretações que reforcem o objetivo científico da frenética e incessante busca pelo “novo” (na forma fenomênica do termo, como comentamos acima), por tirar do foco as próprias questões conceituais entre *documento* e *informação*, que são imprescindíveis para a apreensão do conceito de *conhecimento* no bojo da OC, e da própria área. Assim, a nosso ver, essas questões se apresentam, na verdade, atuais e essenciais para a compreensão da OC e, também, da própria CI (que igualmente tem dificuldade em buscar conceitos satisfatórios de *informação*).

Ao comentar sobre o denominado *paradigma conservacionista*, García Marco (1995, p.102-103) argumenta:

Durante muitos séculos, nossas disciplinas foram se configurando como saber empírico-profissional intentando aportar soluções práticas aos problemas que iam se projetando no seu trabalho de assegurar a conservação e o acesso à informação suportada por documentos. Em um ambiente de escassez relativa de informação e de impetráveis filtros sociais no acesso a ela, a ênfase se desequilibrou em favor da preservação. Podemos denominar a esta situação a era do paradigma conservacionista. O objeto de reflexão era o próprio documento – de onde procedem as raízes das palavras que designam as muitas das ciências que ocupam: a Diplomática, a Bibliologia, a Bibliografia, e mais tarde a Documentologia, ou inclusive a atual Documentação –, e, como muito, a “coleção” e o “fundo”, cuja gestão se fazia a cargo a Biblioteconomia e a Arquivística, nomes derivados do centro e orientados a sua gestão – . *Como resultado da forte carga empírica dos trabalhos cotidianos, os processos se analisam dentro de um paradigma demasiado concreto – e efetivamente invalida ainda hoje para muitos excelentes profissionais e teóricos – qualquer intento teórico integrador.* (tradução e grifos nossos).

Vista essa citação, reafirmamos a nossa hipótese de que o principal núcleo epistemológico da OC é o *conhecimento registrado*, ou seja, aquele *materializado em documentos*. Isso nos leva a refutar a premissa acima exposta (em destaque) de que uma percepção material do conhecimento inviabiliza uma visão e um intento teórico integrador no âmbito da OC. Afinal, alguém consegue representar e organizar, no âmbito da CI, um conhecimento (que é o propósito da OC) que não esteja necessariamente em um suporte, seja ele digital ou analógico? Melhor dizendo, alguém consegue representar e organizar, no campo da CI, qualquer conhecimento ainda na forma cognitiva, isto é, ainda sob a forma abstrata da mente humana? O interesse de se estudar essa categoria de conhecimento enquanto *cognição* interessa principalmente à Ciência Cognitiva.

Além disso, segundo Hjørland (2003), parte dos problemas conceituais em OC se deram com a identificação dos “cientistas da informação” com a Ciência da Computação, em

vez de terem se aproximado da ciência bibliotecária ou com a lida de documentos e suas representação (defendida pela Documentação) (15). Para Hjørland:

Isso pode ter confundido o desenvolvimento teórico da Organização do Conhecimento, porque suas teorias relacionadas à “informação” contra teorias relacionadas a “documentos” fazem parte a muitos tipos diferentes de panoramas. Como conceito teórico, a informação tende a mover a BCI [Biblioteconomia e Ciência da Informação] e Organização do Conhecimento em teorias sobre controle, retroalimentação, codificação e ruído na transmissão de mensagens, enquanto que “documentos” tendem a mudar a BCI através de teorias sobre significado, língua, conhecimento, epistemologia e sociologia. Em BCI, pode-se, entretanto, haver todo um conflito paradigmático escondido nessas palavras (tradução nossa).

Entendemos que todos os “paradigmas” científicos apresentados por García Marco (1995) se relacionam e se complementam a partir da percepção *central* de materialidade da informação e do conhecimento (16). Na perspectiva da OC, segundo Hjørland (2003), o “[...] foco especial da BCI está no conhecimento documentado produzido por seres-humanos em tipos de documento de uso potencial para outros seres-humanos. A luz das estrelas não é a informação” de interesse nesse contexto.

Essa concepção de documento mencionada por Hjørland (2003) foi desenvolvida ainda no início da década de 50 do século passado pela bibliotecária francesa Suzanne Briet (1951) no seu clássico manifesto intitulado “*Qu’est-ce que la documentation?*”, onde defendeu que todo o documento é a evidência física que sustenta um fato, abrindo margem, sobretudo, para a aproximação do conceito de “evidência/prova” sustentada pelo Direito e pela Arquivologia.

Segundo Buckland (1997) ao interpretar Briet (1951), o documento é “[...] qualquer signo físico ou simbólico, preservado ou registrado, que intenta representar, reconstruir ou demonstrar um fenômeno conceitual ou físico”. Buckland (1997) resgata o famoso esquema de Briet (1951) que levou Hjørland (2003) a afirmar que a “luz das estrelas não é informação” documental. Tal esquema é esclarecedor:

Relação objeto/documento

<i>Objeto</i>	<i>É documento?</i>
A estrela no céu.....	Não
Uma foto da estrela.....	Sim
Uma pedra no rio.....	Não
Uma pedra num museu.....	Sim
Um animal na selva.....	Não
Um animal em um zoológico.....	Sim

Fonte: Briet (1951) apud Buckland (1997)

Portanto, a intencionalidade da ação sobre o objeto (seja na sua representação em outros suportes, como no local onde será armazenado) lhe garantirá o “status” de documento. Sob essa lógica, o que interessa no objeto a ser transformado em documento é a sua *materialidade* (suporte), *intencionalidade* (objeto como evidência), *ser processado* (transformação em documento), *posição fenomenológica* (percepção do indivíduo/interpretação). (BUCKLAND, 1997).

Um aspecto a considerar reside naquilo que Dahlberg (1993, p.214) denomina como “conhecimento em ação”, ou seja, algo acerca do qual existe um certo consenso social, um conhecimento registrado e socializado, cuja organização e representação será desenvolvida de

modo que, a partir dele, possa ser gerado novo conhecimento (GUIMARÃES, 2001). E a partir dessa concepção social, materializada e cíclica de conhecimento (17), que se reconhece o foco investigativo da OC na busca pela compreensão, organização e representação desse conhecimento, de tal forma que possa tornar-se disponível e acessível a um número maior de pessoas (18).

Delimitando-se, portanto, o conhecimento materializado enquanto principal núcleo de estudo da OC, Barité (2001, p.42-53) contribui por oferecer subsídios ao processo de construção epistemológica da área ao propor um conjunto de premissas (19), nas quais destaca que o conhecimento, enquanto produto, necessidade e dínamo social, realiza-se a partir da informação (e, ao socializar-se, nela novamente se transforma) e possui uma estrutura e um processo de comunicação abertos. Seu registro e socialização ocorre em documentos (conjunto organizado de dados disponíveis), se expressa por meio de conceitos e tem seu processo de organização operado por meio de sistemas de conceitos (com fins científicos, funcionais ou de documentação) e pautado por uma tônica artificial, provisória e determinista, com o fim último de promover seu melhor aproveitamento individual e social. Vejamos o conjunto dessas premissas: 1) o conhecimento e um produto social, uma necessidade social, e um dínamo social; 2) o conhecimento se realiza a partir da informação e ao socializar-se se transforma em informação; 3) a estrutura e a comunicação do conhecimento formam um sistema aberto; 4) o conhecimento deve ser organizado para seu melhor aproveitamento individual e social; 5) existem “n” formas possíveis de organizar o conhecimento; 6) toda organização do conhecimento é artificial, profissional e determinista; 7) o conhecimento se registra sempre em documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis, e admite usos indiscriminados; 8) o conhecimento se expressa em conceitos, e se organiza mediante sistemas de conceitos; 9) os sistemas de conceitos se organizam para fins científicos, funcionais ou de documentação; e 10) as leis que regem a organização de sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis, e se aplicam por igual a qualquer área disciplinar.

Interessa-nos, nesse momento, discorrer sobre o primeiro, o segundo, o quarto e o sétimo item apontados pelo autor.

Sobre o item *um* e *dois* em que o conhecimento, enquanto produto social, só poderá ser processado e absorvido ao *socializar-se*, deixaremos em aberto a seguinte questão: o registro não seria a maior forma de socialização?

Em relação ao item *quatro*, quando o autor menciona sobre a função social de se organizar o conhecimento, igualmente nos questionamos: o conceito de *proveito social* do conhecimento não pressupõe o acesso a estoques materialmente identificáveis?

Na nossa análise, o *sétimo* item, em grande medida, responde essas questões ao considerar que *todo o conhecimento, no contexto da OC, é registrado em documentos como um conjunto organizado de informações disponíveis, admitindo usos indiscrimináveis*.

Sobre esse assunto, Barité (2001, p.51) comenta:

É verdade dificilmente discutível que o conhecimento se expressa sempre em documentos, e que eles constituem o registro gráfico do saber humano. Tradicionalmente, a sociedade nos tem encarregado de modo expresso a preservação, a organização e a disposição ao uso desses documentos. Os fundos documentais que administramos são também realidades objetivas, e por essa razão, admitem usos indisciplinados como portadores de dados e informações da mais variada espécie. Isto é válido até para os documentos não convencionais e aos documentos eletrônicos, pois o essencial não é o seu suporte e sim o seu conteúdo. (tradução nossa).

Isso nos leva a pensar que o conhecimento é o conjunto complexo de idéias (ou de informações) (20) que pode ser objetivado em um suporte para lhe dar a materialidade que possibilitará toda a praticidade documental que conhecemos (permanência no tempo,

manuseabilidade, possibilidade de organização etc.). Portanto, a produção intelectual de um conhecimento, que é particular e subjetiva (21), quando objetivada em um documento, esse pode adquirir diferentes valores que podem se inter-relacionar pensados sob o ponto de vista das chamadas *Ciências da Documentação* teórico-aplicadas. Vejamos alguns valores documentais e algumas disciplinas científicas neles interessados:

- *valor histórico* (testemunho ou prova histórica) e *valor jurídico-administrativo* (eminentemente de prova para o Direito) – esses valores interessam principalmente para a Diplomática e para a Arquivologia (22);
- *valor de conhecimento e de informação* – interessam principalmente para a Biblioteconomia e para a Documentação.

Esses valores documentais emergem dentro dos interesses e perfis de cada tipo de instituição. Por exemplo, Hjørland (2003) nos mostra que nas Bibliotecas os bibliotecários tradicionais têm o trabalho focado nas coleções, com uma orientação para as humanidades. Já a Biblioteconomia moderna (ou especializada) e a CI para o autor têm “[...] o objetivo de otimizar a utilização do conhecimento documental”. Nesse contexto, o “[...] acesso intelectual é dado pela organização tanto de documentos físicos, quanto pela representação de organização de documentos em catálogos, bibliografias e banco de dados”. Essa perspectiva foi influenciada pelas atividades realizadas desde o início do século XX pelo movimento da Documentação, onde, nos Centros de Documentação, os documentalistas desenvolveram o seu trabalho mais interessados no “[...] controle bibliográfico e em documentação e comunicação científica, em serviços de informação, na indústria e na utilização de conhecimentos em documentos. Empenham-se nos serviços memorizados e em tecnologias orientadas. Portanto, têm uma preocupação com a ciência, tecnologia e negócios”. Segundo o autor, os documentalistas “[...] indexavam artigos avulsos de periódicos e livros” e estabeleciam serviços “[...] que estimulariam a aplicação do conhecimento para propósitos específicos”. Assim, o movimento de Documentação foi caracterizado “[...] por uma aproximação mais específica de assunto, [em] um nível mais profundo de indexação, mais ênfase em tecnologia moderna e mais atitudes científicas através de problemas e objetivos”. (tradução nossa).

Dessa forma, considerando esses valores documentais, podemos dizer que os principais objetivos da OC residem na representação e na organização de conhecimentos a partir de *registros documentais*, ou documentos, baseando-se nas informações neles contidas para facilitar a sua recuperação. É importante observar que quando os conhecimentos teóricos da OC forem empregados e adaptados para solucionar problemas específicos aplicados (em um determinado sistema de informação e/ou em ambiências diferenciadas, tais como Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação etc.), tais valores acima mencionados devem ser levados em consideração, observando-se, sobretudo, as necessidades informacionais dos seus respectivos usuários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, partimos do pressuposto e buscamos argumentar que o *conhecimento* enquanto núcleo epistemológico da disciplina OC é aquele materializado ou documentado, existindo, portanto, uma linha conceitual tênue entre *conhecimento*, *documento* e *informação*, já que o próprio Hjørland (2003) quando se refere a *organizar o conhecimento* entende-o enquanto sinônimo de *documento* que, por sua vez, é constituído de *informações* passíveis de serem organizadas e recuperadas.

Pode-se dizer, ainda, que o *conhecimento* se materializa no *documento* e por meio dele se socializa para a transmissão da *informação* que, por sua vez, reside no conteúdo documental.

O documento, nesse sentido, pode ser caracterizado enquanto a síntese de um conhecimento objetivamente materializado em um suporte, ou, para estendermos um pouco mais o conceito, caracteriza-se pela atribuição de valores e significados a um determinado suporte (sendo ele produto ou não da atividade humana) o que, por sua vez, possibilita a representação e a organização dos conteúdos nele identificáveis. Para nos certificarmos disso, basta retomarmos a nossa pergunta: alguém consegue representar e organizar, no âmbito da CI, um conhecimento que não esteja materializado?

Muitos criticam essa abordagem como sendo extremamente *sensorialista e empirista*, contudo não podemos negar que foi justamente a existência de problemas práticos que levaram a necessidade de um embasamento teórico (haja vista a proposição da CI enquanto área de estudos) para solucionar os questionamentos provindos dos problemas de produção, de organização, de armazenamento e de recuperação para o uso de informações; chegando a criação de uma sub-área (OC) com o intuito de refletir teoricamente sobre as questões demandadas da atividade de organização do conhecimento e seus respectivos produtos (sistemas de classificação, tesouros etc.). Se todos esses problemas fossem sanados, evidentemente a razão de existir dessas áreas seria em muito reduzida. É importante salientar que tais áreas, para solucionar tais problemas, têm como “caixa de ferramentas” uma enorme gama de métodos e técnicas (se apropriando, por vezes, de instrumentais metodológicos e teóricos de outras áreas) (23) e, ainda, utiliza as mais variadas tecnologias.

Nessa perspectiva, observamos que o conceito de documento constitui a base para que a OC e a CI possam estabelecer interlocuções e, assim, prosseguirem no processo de construção de um universo epistemológico, uma vez que perpassa os conceitos de *conhecimento* e de *informação* nelas trabalhados.

Enfim, devemos nos desprender das concepções sazonais que consideram uma visão linear de ciência (que prezam a busca pejorativa do “novo” e o esquecimento voluntário de teorias do passado) para pensarmos o desenvolvimento da OC (e também da CI) considerando-se, sobretudo, as suas raízes históricas e o contexto social e científico em que se desenvolveram.

NOTAS

(1) Este trabalho constitui um ponto de convergência das bases teóricas que norteiam as pesquisas “O documento na Ciência da Informação: em busca da construção de um objeto a partir das concepções da Documentação e da Diplomática” (RABELLO, 2006) e “Dimensões teóricas do Tratamento Temático da Informação (TTI) no universo científico da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO)” (GUIMARÃES, 2006).

(2) Igualmente se verifica, na literatura científica da área, a denominação Organização e Representação do Conhecimento. Observa-se, ainda, o uso indiscriminado das expressões Organização do Conhecimento e Organização da Informação como dispositivos do mesmo processo. No entanto, preferimos utilizar a denominação Organização do Conhecimento, seja por ter sido a oficialmente adotada pela ISKO, seja por considerar, como conhecimento, uma informação contextualizada por sua produção e pelo seu uso, em um processo cíclico.

(3) Como ressalta Dahlberg (1995, p. 10), Henry Evelyn Bliss foi o primeiro pesquisador a utilizar a expressão “Organização do Conhecimento”, inclusive concebendo-a como campo autônomo no sistema das ciências. Desse modo, seus livros *The Organization of Knowledge and the System of Sciences* e *Organization of Knowledge in Libraries and the Subject Approach to Books*, respectivamente publicados em 1929 e em 1933, constituem marcos para a área. Nessa mesma linha, registram-se, ainda, as teses acadêmicas de Dagobert Soergel e da própria Ingetraut Dahlberg, defendidas respectivamente em 1971 e 1973, que tratavam da relação da organização do conhecimento com a documentação e, a segunda, das bases teóricas dessa área de estudos.

(4) Para os objetivos deste trabalho, utiliza-se a expressão Ciência da Informação como tradução de *Information Science*.

(5) É interessante observar que os sistemas de classificação têm origem no Tratamento Temático da Informação que ocupa, seja na literatura seja nas distintas práticas profissionais, um espaço nuclear na Ciência da Informação, visto revelar a mediação entre a produção e o uso da informação, entre elas tecendo a mais sólida ponte: a que dá acesso ao conteúdo informacional. Seu desenvolvimento, no entanto, deu-se a partir de uma necessidade pragmática de tratamento documental, refletindo aquilo que Smit (1986, p.12) descreve como “reunir e organizar para achar”. Segundo Barité (1998, p. 124), o tratamento temático da informação: “[...] tem por objeto os aspectos vinculados a análise, a descrição e a representação do conteúdo dos documentos, assim como seus inevitáveis interfaces com as teorias e os sistemas de armazenamento e recuperação da informação”. (tradução nossa). Dada sua natureza mediadora entre a produção e o uso da informação, observa-se que, enquanto área de estudos, vem construindo, ao longo dos tempos, seu referencial teórico-metodológico, notadamente a partir de três correntes: a da catalogação de assunto (*subject cataloguing*), de influência norte-americana; a da indexação (*indexing*), de influência inglesa; e a da análise documental (*analyse documentaire*), de influência francesa. Como ressaltou Guimarães (2003), essa área de estudos pode, historicamente, ser caracterizada em três momentos: a *arte* – formas artesanais na abordagem temática da informação, como, por exemplo, os envelopes de argila que descreviam o conteúdo de papiros e pergaminhos na Mesopotâmia etc.; a *técnica* – que, como comentamos, incluem-se os sistemas de classificação; e a busca por *metodologias* – fase da consolidação acadêmica da Biblioteconomia e, posteriormente, da CI, que tem como precursores Kaiser (EUA, 1911), Ranganathan (Índia, 1933), Classification Research Group (Inglaterra, 1952), Derek Austin (Inglaterra, 1968) e do grupo de Bangalore (Índia, 1969).

(6) A Documentação só se constituiria enquanto disciplina após a publicação, em 1934, da obra de Otlet denominada *Traité de Documentacion*.

(7) Conforme afirma Otlet (1934, p.381), a Classificação Decimal trouxe muitíssimas aplicações à RBU. Com essa classificação todos os “[...] conhecimentos aparecem representados em todo seu ciclo: a enciclopédia do saber”. (tradução nossa).

(8) Segundo Otlet (1934, p.404), o RBU “[...] está concebido como um catálogo no que se registra integralmente e se classifica toda a produção intelectual, com a forma de um inventário (o que o faz muito acessível para todas as pessoas e para todos os fins”. (tradução nossa).

(9) Sobre a influência positivista de Otlet, ver: SANDER, Susana. La sociedad del conocimiento en Paul Otlet: un proyecto comteano. *Investigación Bibliotecológica*, v.16, n.32, p.26-40, enero / jun. 2002.

(10) A CDU baseou-se nas estruturas da 5.ed. da CDD, mas a ela agrega sinais para permitir a síntese de assuntos compostos que significaram um importante avanço na representação do conhecimento, visto se preocupar com a dimensão lingüística da mesma, não trazendo prejuízo na sua dimensão contextual.

(11) O periódico científico dessa instituição, que teve no início, em 1974, o título *International Classification* [Classificação Internacional] “[...] tornou-se o órgão da nova Sociedade e, nesse ano, 1993, mudou seu nome para *Knowledge Organization* [Organização do Conhecimento], a fim de consentir com essa liderança maior e as intenções por trás disso”. (DAHLBERG, 1993 apud DAHLBERG, 1995, p.10, tradução nossa).

(12) É interessante observar que, diferentemente das Ciências Cognitivas, que se preocupam com a forma de construção do conhecimento individual, a OC trabalha sempre com o conhecimento em uma ótica coletiva.

(13) Observa-se que a expressão *conhecimento socializado* (BARITÉ, 2001), *conhecimento registrado* (GUIMARÃES, 1994) e *conhecimento documental* (JAENECKE, 1994) são utilizados para exprimir o mesmo conceito.

(14) Outros paradigmas não foram desenvolvidos por García Marco (1995), porque, segundo ele, ainda estão em expansão (que é o caso da perspectiva economicista e empresarial e da perspectiva “sociologista”).

(15) Hjørland (2003, p. 88) vai além ao destacar que a área de OC ainda padece de um efetivo investimento na construção de sua base epistemológica, uma vez que, a exemplo da CI, tem, no mais das vezes, obtido seus avanços mais a mercê do progresso das tecnologias da informação e da comunicação do que pelo desenvolvimento de sua própria pesquisa teórica.

(16) O conceito de “informação-como-coisa” de Buckland (1991) nos traz subsídios importantes para se pensar a “informação” enquanto objeto da CI e, ainda, para pensarmos, a partir dela, o conceito de “conhecimento” enquanto objeto da OC (diferenciando o conhecimento materializado daquele abstrato), quando compara o conceito de “informação-como-coisa” (na forma material) e aquelas que se apresentam na forma imaterial: “informação-como-conhecimento” (forma cognitiva) e “informação-como-processo” (presente no processo de comunicação).

(17) Esteban Navarro e García Marco (1995, p.147) reforçam essa dimensão social, materializada e cíclica do conhecimento, ao afirmarem que nos deparamos com uma ciência tridimensional, uma vez que se ocupa dos princípios, métodos e instrumentos utilizados para a gestão do conhecimento humano, sob uma tríplice perspectiva: sua representação, sua organização e sua comunicação documental.

(18) Veja-se em Pinho (2006) uma cuidadosa e fundamentada abordagem do conceito e do objeto da Organização do Conhecimento.

(19) Observe-se, igualmente, em Hjørland (1994, p. 91-100), um conjunto de princípios para a organização do conhecimento, este último entendido como produto historicamente desenvolvido.

(20) É por isso que Barité (2001) justifica que na perspectiva da OC “[...] o conhecimento se realiza a partir da informação e ao socializar-se se transforma em informação”. (tradução nossa).

(21) Em uma outra perspectiva por nós anteriormente mencionada, Currás (1995, p.6) nos mostra o conceito de conhecimento ainda em sua forma abstrata, no plano cognitivo, como sendo aquele que se “[...] pode entender como processo mental, inteligente, para adquirir saber, donde igualmente suporia um passo intermediário na elaboração de linhas de opinião. Se situaria entre o quanto a informação útil que impacta o cérebro para produzir conhecimento e seu processo mental posterior, que origina as formas de pensamento, terminando em linhas de opinião. [...] Por outra parte, se entende como conhecimento o saber acumulado no tempo. Aqui é onde se poderia estabelecer a comparação, ou quase sinonímia, com a ciência ou com a cultura. A meu modo de ver, as diferenças perpassam no caráter subjetivo do conhecimento. A ciência e a cultura são universais, de domínio público, ainda que para levar a elas seja necessário o esforço mental de investigadores, separados ou unidos em grupos. O conhecimento supõe um substrato para se chegar à ciência e à cultura”. (tradução nossa).

(22) Tais valores documentais foram discutidos e desenvolvidos no âmbito da Diplomática em Rabello (2006).

(23) De acordo com Saracevic (1995), a CI tem como principal característica a sua natureza interdisciplinar.

6 REFERÊNCIAS

BARITÉ, M. *Referenciales teóricos vigentes en el área de tratamiento temático de la información y su expresión metodológica*. Porto Alegre: ABEED, 1998. 7 p. [Relatório técnico do II Encontro de Dirigentes dos cursos superiores de Biblioteconomia dos países do Mercosul, Buenos Aires, 27-29 nov. 1997].

_____. Organización del Conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, Kester. (Org.). *Educação, universidade e pesquisa*. Marília, 2001. p.35-50.

BRIET, S. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

_____. What is a document? *Journal of the American Society for Information Science*, v.48, p.804-809, 1997.

CURRÁS, E. Concierto y desconcierto en la organización del conocimiento actual y su intersección con el mundo de la información. *Scire*, v.1, n.1, p.3-28, en.-jun.1995.

DAHLBERG, I. Current Trends in Knowledge Organization. In: GARCÍA MARCO, Fco. Javier (Ed.). *Organización del Conocimiento en sistemas de información y documentación*. Zaragoza: ISKO – España, 1995. p.7-25.

_____. Knowledge Organization: its scope and possibilities. *Know. Org.*, v.20, n.4, p.211-22, 1993.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. *Scire*, v.1, n.1, p.149-157, ene./jun. 1995.

FAYET-SCRIBE, S. *Histoire de la documentation en France: culture, science et technologie de l'information: 1895-1937*. Paris: CNRS, 2001.

FUJITA, M. S. L. Organização do conhecimento: algumas considerações para o tratamento temático da informação. In: CARRARA, Kester. (Org.). *Educação, universidade e pesquisa*. Marília: UNESP, 2001. p.29-34.

- GARCÍA MARCO, F. J. Paradigmas científicos en recuperación de información. In: _____. (Ed.). *Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación*. Zaragoza: ISKO, 1995. p.99-112.
- GUIMARÃES, J. A. C. Perspectivas de ensino e pesquisa em organização do conhecimento em cursos de Biblioteconomia: uma reflexão. In: CARRARA, K. (org.). *Educação, Universidade e Pesquisa*. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 61-74.
- _____. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, J.M.; LOPES, I.L. (Org.) *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. Brasília : Thesaurus, 2003. (Estudos avançados em ciência da informação; 2). p.100-117.
- _____. *A dimensão teórica do Tratamento Temático da Informação (TTI) no universo científico da "International Society for Knowledge Organization" – ISKO*. Marília: [s.n.], 2006. 36f. (Projeto de Produtividade em Pesquisa (PQ) apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq).
- HJORLAND, B. Nine principles of Knowledge Organization. *Advances in Knowledge Organization*, v.4, p.91-100. 1994.
- _____. Fundaments of Knowledge Organization. *Know. Org.*, v.30, n.2, p.87-111, 2003.
- JAENECKE, P. To What end Knowledge Organization. *Know. Org.*, v.21, n.1, p.3-11, 1994.
- OTLET, P. *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. p.372-431.
- PINHO, F. A. *Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol*. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.
- RABELLO, R. *A dimensão conceitual do documento: uma análise comparativa nas áreas de Direito, Arquivologia, Diplomática e Documentação*. Marília: [s.n.], 2006. 131f. (Relatório Parcial FAPESP MS I, Processo: n.04/12841-0).
- _____. *O documento na Ciência da Informação: em busca da construção de um objeto a partir das concepções da Documentação e da Diplomática*. Marília : [s.n.], 2006. 22 f.. (Projeto de doutorado em Ciência da Informação na FFC-UNESP).
- SANDER, S. La sociedad del conocimiento en Paul Otlet: un proyecto comteano. *Investigación Bibliotecológica*, v.16, n.32, p.26-40, enero / jun. 2002.
- SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, p.36-41, 1995.
- SMIT, J.W. *O que é documentação*. São Paulo: Brasiliense, 1986.